



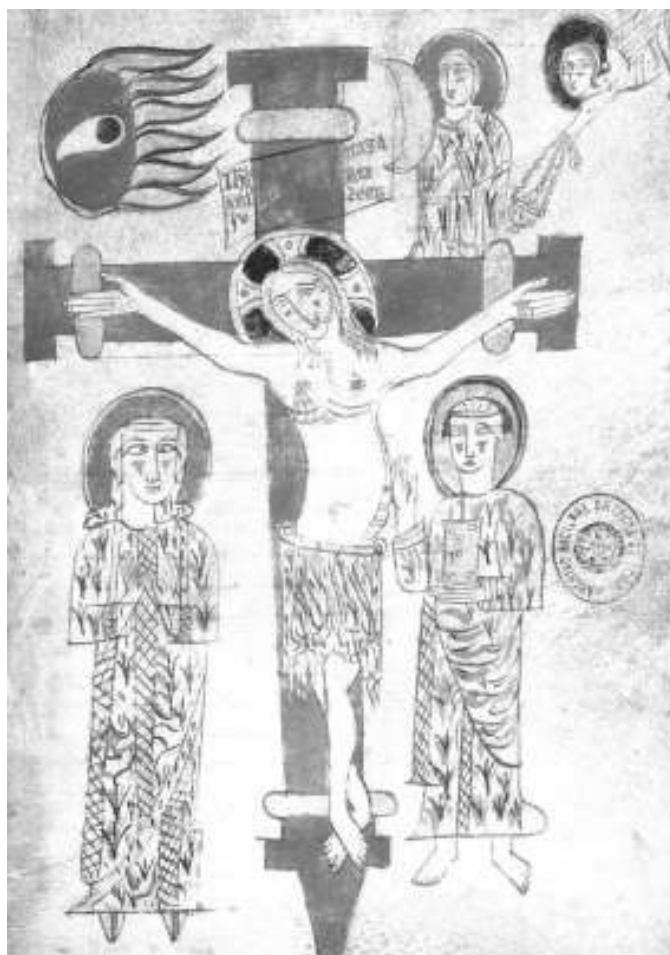
JORNAL DE GARVÃO

Nº 15 Agosto de 2012

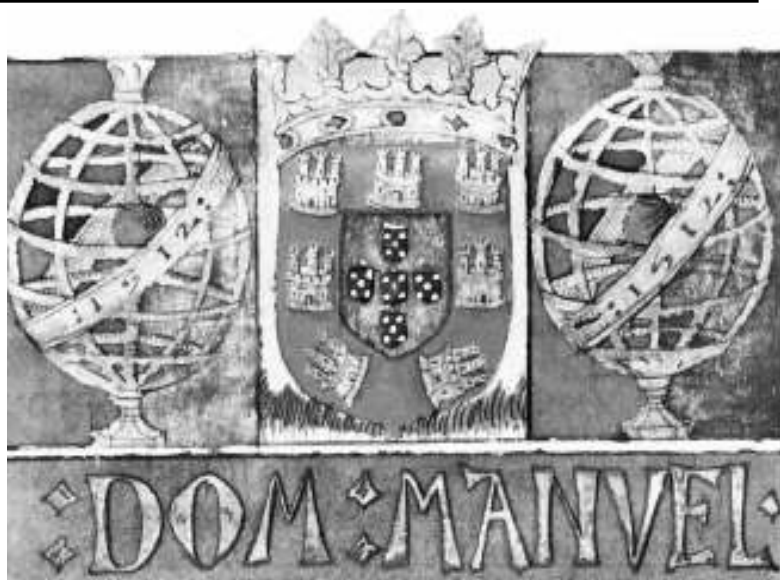
0,50 Euro

www.garvao.net

FORAL VELHO de GARVÃO Fevereiro de 1267 Pag. 6/7



CASTELO DE GARVÃO Pag. 4



COMEMORAÇÕES DO FORAL NOVO NOUTRAS TERRAS Pag. 3

CAVALHADAS E o Culto do Espírito Santo Pag. 11

A SANTA DO CEMITÉRIO VELHO Pag. 8

EDITORIAL

Fazer História Local

A historiografia nacional passa a ideia que a actual sociedade, as vilas, costumes e valores, nasceram com a actual nação, esquecendo a especificidade e a ancestralidade local, forjando uma nova realidade nacional, em que o “local” não se coaduna nem em todo, e por vezes nem em parte, com as necessidades “Pátrias” e o que daí sobressai sobre as formas de conhecimento local marginalizadas no confronto de interesses dominados por centros e periferias.

A história local não pode ficar refém da historiografia nacional que reduziu a nossa heroicidade ao conflito que opôs filho e mãe; ou aos arcaicos pastores Lusitanos que viviam nos Montes Hermínios, mas que contiveram a conquista romana quase em dois séculos; nem em contos infantis como a Padeira de Aljubarrota, como se o orgulho da nação dependesse de cinco Castelhanos entalados num forno.

Os objectivos locais são mais realistas do que a eterna esperança no regresso do “Desejado”, do Grande Monarca, Imperador de um Império Universal da Idade do Espírito Santo, as expectativas locais não podem ser adiadas para uma manhã de neblina e nesse regresso que há-de redimir a “pátria”, ou apostar o nosso destino numa lotaria de Natal a que Misericórdia nos habituou, ou de joelhos em promessas milagrosas numa igreja católica cada vez mais poderosa e hierarquizada.

Só com uma mentalização dos benefícios da investigação histórica e da pesquisa arqueológica a nível local, só plausível com um mínimo de consciencialização cultural e dentro dum quadro politicamente e socialmente esclarecido, em que a falta de apoios independentes e do estado são substituídos pelos subsídios camarários, não levará a cultura e a sua propagação a servir os interesses das povoações.

A tutela do controlo do património local pelas autarquias locais, que tantas vezes poderiam ser os baluartes, os garantes da investigação e divulgação desta história local, encontra-se enfermada à nascença onde o parco orçamento autárquico tem de ser gerido de acordo com as necessidades autárquicas ou dos autarcas, e tantas vezes essas necessidades prendem-se com outros propósitos que não a cultura ou a divulgação do Património local; relações familiares ou de proximidade, distribuição de benesses e postos de trabalho aos privilegiados, sobrepõem-se aos interesses colectivos, e a necessidade de justificar obra feita, por quem não está minimamente habilitado, leva em última análise, drasticamente à degradação cultural, e tornam irrisório qualquer benefício que supostamente decorreriam da divulgação patrimonial e histórica.

Por sua vez esta matéria toca algumas sensibilidades mais sensíveis, nem sempre se dizia o que se pensava, assim como, infelizmente, nem sempre se pensava no que se dizia, certas fontes mais incomodas eram/são ignoradas, que permitiriam compreender o fenómeno da história local em Portugal de uma forma diferente daquela divulgada pela historiografia nacional, o confronto entre o historiador local, conhecer do terreno e por isso mais propenso a elaborar soluções práticas para os diversos problemas que surgem, e os teóricos burocratas, ao serviço de uma historiografia nacional, que não conhecem a realidade local nem a necessidade de ajuste e flexibilização perante as causas com que se depara quem faz história local.

LIVRO DO FORAL NOVO de GARVÃO

Noticiou este Jornal no número anterior a notícia sobre a publicação do livro do Foral Novo de Garvão da autoria dos redactores deste Jornal, a comemorar os 500 anos da atribuição do Foral por El-Rei D. Manuel I em 1 de Julho de 1512, como tem acontecido nas terras em redor de Garvão.

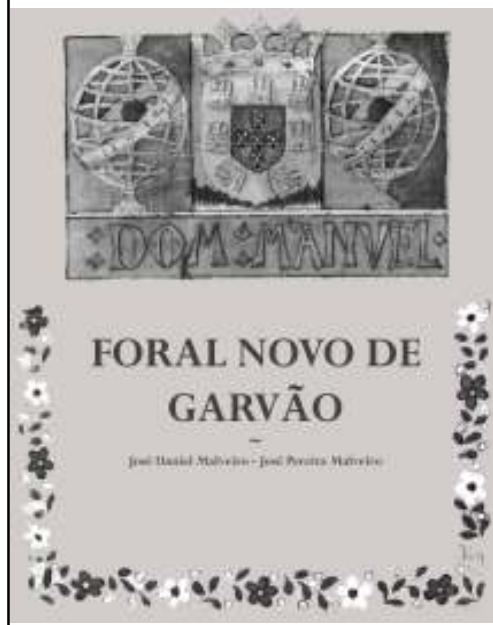
Contudo, apesar do referido livro se encontrar na gráfica pronto para publicação ainda não foi possível a sua edição.

Ao contrário do Primeiro livro de Fotos Antigas da Vila de Garvão, editado pela Associação de Defesa do Património de Garvão, cujo subsídio do Instituto Português da Juventude permitiu a sua publicação e ao contrário da edição do livro Garvão - Herança Histórica, editado pelos autores deste Jornal, cuja disponibilidade financeira permitiu a sua edição, tal não acontece agora com a edição do referido livro do Foral Novo.

Apesar do reconhecido interesse para a vila de Garvão na publicação do referido livro, tanto para comemorar uma data tão importante para a vila, como para a salvaguarda e divulgação da sua história, não se reuniu ainda os apoios necessários para a sua publicação.

Contudo, com a mesma voluntariedade com que o

Jornal de Garvão tem sido publicado nos últimos dezoito anos e da publicação do referido livro Garvão - Herança Histórica, também se prosseguirá na obtenção das condições necessárias para a referida publicação do Foral Novo de Garvão.



JORNAL DE GARVÃO

www.garvao.net

Largo D. Afonso III, 7670-125 Garvão

Redacção: José Pereira Malveiro, José Daniel Malveiro

Apoios: Câmara Municipal de Ourique - Junta de Freguesia de Garvão - Casa do Povo de Garvão - Comissão de Festas e Romarias - Comissão Fabriqueira da Igreja.

Publicado: Ao abrigo da lei de imprensa, 2/99 de 15 de Janeiro, artigo 9º nº 2.

Registado: No Instituto Nacional de Propriedade Industrial: Marcas e Patentes.

TIPOGRAFIA: NET impressos - Rio de Mouro



Entradas Comemorou 500 Anos da Doação do Foral Com Desfile de Evocação Histórica 1/7/2012.

Integrado no programa das Comemorações dos 500 Anos da Doação do Foral por D. Manuel I ao extinto concelho de Entradas, que teve início a 1 de Julho, com uma Assembleia de Freguesia Extraordinária Evocativa da efeméride, a localidade recebeu, no dia 8 de julho, um Desfile de Evocação Histórica, onde foi recriada a chegada do rei D. Manuel I à vila de Entradas, que culminou com uma Festa aberta à população, na Praça Zeca Afonso.

Um momento de convívio e animação onde não faltaram comes e bebes e animação com o grupo de musical medieval Strella do Dia, grupo coral feminino “As Ceifeiras” de Entradas, Grupo de Danças do Mundo, entre outros.

As comemorações dos 500 Anos da entrega do Foral à vila de Entradas terminam em Dezembro de 2012.

Vila de Almodôvar Festejou 500 anos da Carta de Foral

Almodôvar festejou nos dias 29, 30 de Junho e dia 1 de Julho, os 500 anos da atribuição da sua carta de foral por D. Manuel I com uma série de iniciativas promovidas pela autarquia local.

Os festejos arrancaram na sexta-feira, com a inauguração de uma exposição de fotografia na Galeria da Praça e prosseguiram no sábado, 30, com um concerto comemorativo da efeméride na escadaria da Igreja Matriz, em que vão actuar Rui Santana & Filipe Pilar, o Grupo Coral e Etnográfico “Vozes de Almodôvar”, Miguel Camões e os elementos do Agrupamento 754 do Corpo Nacional de Escutas.

Domingo, 1 de Julho, realizou-se uma missa e uma sessão solene. Seguiu-se a inauguração das obras de remodelação do Museu Severo Portela e da exposição “Sapateiro – Memórias de um Ofício”, a inauguração de um monumento evocativo da data na entrada norte da vila e a representação cénica da entrega do foral na escadaria da Igreja Matriz.

Alvalade Medieval Comemoração dos 500 anos do Foral Manuelino

À semelhança dos anos anteriores, Alvalade, freguesia do concelho de Santiago do Cacém, comemora mais uma vez a concessão do Foral, que assinala este ano 500 anos. O evento, tem lugar no núcleo histórico de Alvalade, durante os dias 17, 18, 19 e 20 de Setembro de 2012.

Durante 3 dias, a vida quotidiana do homem da Idade Média é recriada em Alvalade com todo o rigor, através de um programa que compreende a realização de um cortejo histórico onde estarão representadas todas as classes sociais da época, e uma Feira Medieval animada com trovadores, justas medievais, teatro, mostra e exibição de armas, danças medievais, venda de produtos e ainda um restaurante com ementa medieval.

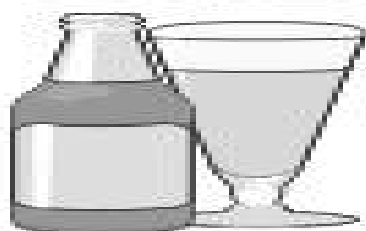
Este ano, além da animação pelo grupo Viv'arte, a feira conta ainda com a participação da fanfarra alemã, Fanfarra de Oberzell, que pela terceira vez se desloca ao nosso país para animar as ruas e tavernas de Alvalade Medieval.

Este evento distingue-se das restantes feiras medievais, ou dias medievais, realizados por todo o país, pelo facto de ser organizado por toda a população de Alvalade e não apenas por uma entidade ou Câmara Municipal. Além disso, ao visitar Alvalade Medieval viajará no tempo, devido à grande quantidade de figurantes que lá irá encontrar, uma vez que grande parte da população aluga ou elabora o seu próprio traje, de forma a entrar devidamente no espírito da época.

O evento “Alvalade Medieval – Comemorações do Foral” é uma aula de História ao vivo, único acontecimento do género no Litoral Alentejano, e que todos os anos leva milhares de visitantes e turistas à Vila de Alvalade.

DIVULGAÇÃO COMERCIAL: Toda a publicidade incluída neste jornal não está sujeita a pagamento

Café Central



Manuel Bárbara dos Reis
Comidas e
Dormidas

Telef. 286 555 113

Lg. da Amoreira, 3 – GARVÃO



CASTELO DE GARVÃO

O Cerro do Castelo de Garvão, no centro da vila, com vestígios ocupacionais desde o Bronze final, apresentava-se, como o povoado central de pequenos aglomerados ou habitats limítrofes. A existência do seu santuário da II idade do ferro, cujo Depósito Votivo, posto a descoberto, aponta para um local de culto de grandes dimensões, sinónimo da sua importância e domínio na região, leva a crer que o Cerro do Castelo de Garvão seria o local onde se centravam os mecanismos de controlo, não só religiosos, mas, também, de coesão social, política e económica dos grupos circundantes.

O Cerro do Castelo de Garvão, que mereceu uma sondagem de Caetano Mello Beirão e José Olívio Caeiro no verão de 1981, e cujo Depósito Votivo da II Idade do Ferro, foi escavado, por Caetano de Mello Beirão, Mário e Rosa Varela Gomes, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares em 1982, forneceu materiais do Bronze Final, nomeadamente cerâmicas com decoração denominada “reticula brunida”, apresenta assim uma ocupação desde o bronze Final, incluindo Romana e Árabe até ao presente, evidenciado pelas cerâmicas encontradas.

A sua supremacia, conjugando uma potencial riqueza agrícola com o acesso, sem intermediários, aos metais, estender-se-ia aos povoados limítrofes. De facto o Cerro do Castelo de Garvão, situado entre a peneplanície, do rio Sado, a Norte, rica em solos agrícolas, e a região Sul, associada ao rio Mira, rica em metais, permitiu uma superioridade económica e estratégica conduzindo-a a uma afirmação como centro religioso-político-económico da região.

“...O Castelo de Garvão com seus pedaços de muro e uma cisterna entulhada, coroa uma pequena montanha, ladeada por duas ribeiras, que ali se juntam e o cingem. A do Poente é a ribeira do Arzil, a do Nascente a de Garvão, pois sobre esta última e em exposição ao sol nascente, a vila se expandiu, por debaixo dos muros do Castelo...”, “...As Ladeiras do Castelo – este de fundamento Romano – apresentam espessos estratos de telharia, carregada pela erosão, com fragmentos cerâmicos de várias épocas, e não raramente moedas Romanas de imperadores...”(in “As Grandes Vias da Lusitânia” de Mário Saa).

Como Castelo defensivo do interior, perdeu a sua importância coma fundação da Nacionalidade e subsequente pacificação do território, não se justificando por isso a sua manutenção com cariz defensivo da agressão exterior, sendo

essas preocupações justificadas nos Castelos da raia de Espanha.

Assim, o Castelo de Garvão caiu em desuso e, alvo de abandono as suas pedras foram ao longo dos anos, carregadas pela população para as mais diversas utilidades, nomeadamente para a construção de casas, paredes, muros, etc.

Pode-se ainda hoje identificar no terreno a sua constituição, compreendendo a parte nobre com a sua possível torre de menagem e cisterna, no local que ainda hoje é conhecido como o Castelo. Está visível no lado do poente uma boa parte da muralha, posta a descoberto pelas escavações efectuadas.

Está identificado, também, uma enorme cerca defensiva, do perímetro urbano da vila, que se estendia até ao serro onde se situa o “Cemitério Velho”, prolongando-se até à Igreja Matriz, ocupando assim toda aquela zona alta da Vila e sobre o qual a povoação se expandiu.

Assim, o Castelo ficou defendido naturalmente pelo declive acentuado do lado poente e nascente, ladeado por duas ribeiras, e do lado oeste por “...um sulco profundo, transversal às ribeiras de Garvão e Arzil, e imediatamente abaixo do Castelo, sulco que ali é conhecido por Ferradouro, corruptela de Furadouro.” (in “As Grandes Vias da Lusitânia” de Mário Saa).

“...CAIU UM BURRO PARA DENTRO DE UM BURACO NO CASTELO...”

É assim que ainda hoje se comenta o que aconteceu em 1942, quando o burro de António Chico, morador na Rua Direita e esposo de Terezinha Nobre, caiu para dentro de um buraco no topo plano do Castelo quando andava a lavar.

O burro ficou de tal maneira enterrado e preso que só com a ajuda de várias pessoas é que o conseguiram tirar de lá. Dizem as pessoas, as que foram ajudar a tirar o burro e as que depois foram ver o buraco, que era um buraco na terra com umas escadinhas, parecendo uma entrada de umas casas ou uma cisterna, que se metia para o fundo e para o interior da terra.

Algumas pessoas ainda se aventuraram a entrar mas não foram muito longe devido ao entulho e à escuridão.

Com o tempo e a falta de interesse o buraco foi-se enchendo de terra, até que ficou completamente tapado, havendo, contudo, pessoas que se lembram do local onde tal aconteceu.

Comenta-se na vila, que em várias casas junto ao Castelo existe túneis para o seu interior, escavados pelos Mouros, coisa que os proprietários das casas negam,



GenSolar
Estrada de S. Roque, 1000000000, Lda.
Johanna Bernward | jbernward@total.com
gencolar@iol.pt | Tlm: +351 936 738 300
Tlm: +351 918 640 364

CAFÉ LINA
Carlos Estêvão Lina
936277800
Chada Nova

Padaria MARTINS
Rua de Ourique, 22
de Joaquim Martins Moreira Costa
Telems. 926 005 930 - 936 347 021 - GARVÃO

LINDAMIRA DÓLORES DE BRITO GARVALHO
Tel: 286 555 371
Tlm: 939 441 637
Rua do Álamo, 4
7670 GARVÃO



SELO DA CÂMARA DE GARVÃO

A construção de uma identidade local, dos concelhos saídos da reconquista, como no caso concreto de Garvão, não se construiu ou sustentou somente nos documentos oficiais que instituía o concelho, nomeadamente a carta de foral e os direitos consuetudinários, (vulgo: Foros ou Costumes), procurava-se igualmente através da identificação de alguns dos elementos simbólicos de identificação e de reconhecimento externo utilizados pelos concelhos numa fase embrionária da sua organização e do seu papel na criação da sua própria identidade, nomeadamente os símbolos de maior visibilidade como o Brasão e os estandartes dos concelhos, como igualmente sobre os selos concelhios que autenticavam os documentos oficiais, nomeadamente o Foral.

Enquanto os brasões adornavam as ameias e portas de entradas dos castelos e dos Paços concelhios, como ainda se observa na frontaria da Casa da Câmara em Garvão, e os estandartes adornavam as procissões e as recepções às comitivas mais importantes, já o selo concelhio desde relativamente cedo que era essencialmente utilizado na validação dos documentos do concelho, a par dos sinais dos tabeliões, e a sua utilização foi feita maioritariamente em função de uma representação externa em documentos dirigidos ao exterior ou que consagraram acordos entre diferentes instituições,

Desta forma, a utilização do selo municipal parece ter respondido, predominantemente, à necessidade de provar externamente não só a sua existência como a intervenção do concelho em diferentes contextos.

O Selo concelhio de Garvão, de que se desconhece o paradeiro ou a sua configuração, mas cujos indícios da sua existência são observáveis no Foral-Novo de Garvão, pelo furo no canto inferior esquerdo, (por onde passava o fio de seda do selo pendente), sob a assinatura do chanceler-mor Rui Boto com a frase “Foral de Garvão”, é possível que a imagem usada no concelho de Garvão não se diferenciasse muito da utilizada nos concelhos cujos Cavaleiros-Vilões ajudaram na tomada do território, nomeadamente Alcácer do Sal, como sede da Ordem

de Santiago, entidade que outorgou a carta de Foral a Garvão em Fevereiro de 1267, e Évora cuja família foralenga transmitiu a Alcácer e esta a Garvão.

A imagem mais antiga do selo de Évora que se conhece é de 1251 e retrata um guerreiro a cavalo com elmo redondo, escudo e lança, rodeado de uma inscrição identificadora do concelho. Estes selos remetem-nos claramente para as origens da conquista cristã da cidade cuja representação se referirá, a Santiago Mata-Mouros, santo padroeiro da reconquista, ou aos cavaleiros-bandoleiros de Giraldo-sem-pavor.

Representação que, de forma mais ou menos semelhante, ter-se-ia repetido noutros espaços concelhios como



acontece com Elvas apresentando as duas representações inegáveis semelhanças entre si.

É possível que esta escolha se tivesse estendido a outros concelhos no decurso do século XIII. Contudo os levantamentos sigilográficos feitos até agora em Portugal não o permitem afirmar. Pelo contrário, o catálogo realizado por D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora em 1983 inclui apenas a imagem e descrição de cerca de 25 selos de diferentes municípios, número possivelmente pouco representativo do conjunto de selos municipais existente e de entre este número apenas os selos de Évora e Elvas apresentam esta imagem.

Igualmente não se poderá descurar outros paralelismos traçáveis entre a simbologia utilizada nos selos concelhios. A existência de uma tendência comum a vários selos municipais é também observável em concelhos que adoptaram representações de panos de muralha ou de castelos estilizados, simbólica incontestavelmente ligada à guerra e à defesa mas também à afirmação de um poder, formalizado na representação da muralha ou do castelo que rodeava a vila que se fazia representar.

Adília Pereira Coelho
TINTAS
DROGAS
FERRAGENS
MATERIAL PARA PESCA
Tel. 286 555 173 - Resid. 286 555 341
Rua do Alamo, 12 - GARVÃO

“BAR DA ESTACÇÃO”
REFEIÇÕES E PETISCOS REGIONAIS
de: Célia Maria Pacheco Silva
Telem. 917 591 497
7670 - 129 FUNCLIEIRA - GARE

AUTO LITORAL
Atividade Alargada
Tel. 917 591 497 - Tel. 917 591 497
CAMPO REDONDO

Restaurante Martins
Bairro Novo da Sardoa
Lote 38
de Joaquim Martins Moreira Costa
7670 Garvão
Tel. e - 936 347 021 e 932 592 913



FORAL -

Desenvolveram-se, nesses longínquos e arcaicos tempos medievais, a génese administrativa mais significativa da fundação da nacionalidade: os concelhos-municípios. Se primeiramente, estas comunidades autónomas, se desenvolveram no isolamento territorial e político, posteriormente, sob sancionamento régio e em oposição ao regime senhorial/feudal, viriam a ser absorvidos pelo reino em formação e constituírem parte integrante duma política fiscal, de defesa e povoamento do território pela outorga da Carta de Foral.

O Foral de Garvão, objecto deste estudo, é um documento importante, não só para a história da própria vila, mas, porque consubstancia matérias de direito penal, militar, administrativo e fiscal, também, para o estudo da organização da sociedade do século XIII. Para além da sua importância política, como símbolo do poder local, este documento, também, nos permite tomar conhecimento dos laços de solidariedade e das relações económicas implementadas por estas comunidades isoladas e concentradas sobre si mesmas desde tempos remotos, que o tornam num documento de referência no quadro do património documental desta época.

Tem sido referenciado por vários autores, em várias épocas, tanto no campo do direito penal, militar, administrativo, político e fiscal como no campo histórico e linguístico a partir do único original conhecido e conservado no Arquivo nacional na Torre do Tombo. Os trabalhos de investigação e divulgação relativos às cartas foralengas, atribuídos aos diversos concelhos portugueses, têm merecido, desde há já alguns anos, uma vasta referência ao Foral de Garvão, como demonstra as diversas produções dedicadas a esta matéria.

Como afirmava Alexandre Herculano na sua História de Portugal de 1850: “O trabalho relativo à sua existência colectiva, regulada pela mais bela das instituições que o mundo antigo legou ao mundo moderno, o município, (...)”¹ Ou como afirmava Henrique da Gama Barros na sua História da Administração Pública em Portugal de 1885:

“Mas, para avaliar de perto o mecanismo da administração e o seu influxo, não basta conhecer o direito que a regia; é mister penetrar mais no âmago da sociedade, perscrutando os costumes de cada classe, investigando os seus privilégios e encargos,

*e atentando também na constituição da família e da propriedade, na justiça civil e criminal.”*²

Assim, torna-se imprescindível o estudo sobre a sociedade da época e a respectiva evolução política da reconquista, que proporcionou a redução a escrito, não só do Foral de Garvão, mas, inclusivamente, dos Foros: normas Costumeiras, também denominadas por Direito Consuetudinário, transmitidas oralmente de geração para geração, em cuja génese se encontram reminiscências do direito e da organização Romana: do direito penal e processual Germânico e da ordem Muçulmana, consubstanciada não só no vocabulário herdado, mas, essencialmente no estudo das normas costumeiras, que se preservaram nestas formas primitivas de organização que os povos entregues a si mesmo desenvolveram e foram adaptando às novas realidades no terreno.

Com a respectiva redução a escrito da Carta do Foral, incutia nas gentes locais a autoridade do reino. Ao pretender que esses documentos não seriam da responsabilidade da população local, mas emanados de um poder superior, que não podia ser dispensado, procuravam, assim, fixar a memória popular numa certa ordem, precisamente por aqueles que ainda recentemente foram os responsáveis pela desordem. A reconquista cristã, por muito que as revoltas internas no Al-andaluz muçulmano tenham contribuído para o seu fim³, e que de facto as forças cristãs tiraram partido, não se realizou a partir de revoltas populares, mas a partir da conquista territorial vinda do norte, duma nobreza que procurava estender os seus domínios às terras Sarracenas.

Mais do que no Norte, o sul, espessa charneca, coberta de matagal, até ao século XIX, caracterizava-se pela concentração da população nos centros urbanos, e a exploração das planícies arroteadas aos rebanhos e a uma cultura extensiva de sequeiro, dissuasora de grandes concentrações populacionais.

O vazio de poder que se observou depois do fim do império romano e do período visigótico, com



Salão Mila
Emília M.ª Mestre Maia M.
Telef. 286 555 201 Rua Nova, 15-A
Telem. 965 779 545 GARVÃO

ANTÓNIO FRANCISCO DELFINO
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PNEUS DE LIGEIROS E PESADOS
PNEUS AURORA - MECÂNICA GERAL
Telef. 286 555 416 - Telem. 962 341 322
GARVÃO

VEDESTEIN
ALLIANCE
MARSHAL PNEUS
RECONSTRUIDOS
FEDIMA®
LUBRIFICANTES
SHELL



VELHO

o Islão a deixar à sua sorte estas comunidades do interior, mediante o pagamento do respectivo imposto, terá levado estas comunidades a preservar formas primitivas de assembleias comunitárias para regular os assuntos comuns: divisão das parcelas de terrenos agrícolas, gado, pastagens e pastoreio, montados e florestas, águas e moinhos etc. A atribuição da

carta foralenga, como carta legalizadora do concelho, só se deu porque muito antes já as populações, entregues à sua sorte, tinham implementado formas primitivas de organização e conseguiram sobreviver às várias civilizações até à reconquista cristã.

Segundo José Mattoso “(...) é evidente que os forais que os legalizam se destinam principalmente a responsabilizar um «mordomo» ou «juiz» local pela cobrança das rendas que o senhor deve receber”²⁴

É precisamente na Idade Média que a escrita, tanto nos claustros dos conventos como nos paços régios, se tornou numa peça essencial do poder para uma efectiva centralização política.

Numa altura em que as armas da reconquista estavam adormecidas, lavrava-se agora, não somente os campos, mas, também, as actas da consolidação territorial, não só no paço real e nos conventos, mas, inclusivamente, nas sedes concelhias e nas irmandades locais. A escrita, à medida que se embainhavam as armas, empunhava-se a pena, e a escrita desenvolvia-se claramente como instrumento do poder, numa paz que se pretendia, homogénea, sujeita aos interesses das hierarquias locais e às pressões do poder régio, demonstrativa da pacificação e harmonização do reino, mas, contudo, tão diferente e conflituosa nas suas várias vertentes governativas e tão díspares entre centros e periferias.

Era preciso esquecer a desordem da reconquista e a ausência de uma autoridade central. Aos conquistadores, impunha-se, agora, através da concessão destes documentos, fazer esquecer a indefinição ou vazio de poder, ao conferir-lhes o carácter solene de tal outorga, procurando a pacificação do território e evitar disputas ou injustiças que provocassem revoltas contra a ordem que os reis procuravam impor.



¹ Alexandre Herculano. *História de Portugal* ..., com prefácio e notas críticas de José MATTOSO. Tomo IV pág. 33

² Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Tomo I, Lisboa, 1885.

³ Como exemplo as revoltas Moçárabes, ou as revoltas internas derivadas da fragmentação do Califado de Córdoba que levou à divisão do território em pequenas monarquias conhecidas por Taifas, ou do caso de Ibn Marwan, do qual Marvão toma o nome, governador da marca ou província muçulmana de Mérida, também conhecido como Ibn Al-Jilliqui “o filho do Galego” que procurou apoio junto do rei cristão Afonso III das Astúrias no século IX.

⁴ *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, segundo volume, pag. 180.

Café Nascido do Sol
ALMOÇOS - PETISCOS - JANTARES
Tel. 286 555 347 - GARVÃO

Padaria MARTINS
Rua de Ourique, 22
de Joaquim Martins Moreira Costa
Telems. 926 005 930 - 936 347 021 - GARVÃO

CAFÉ CANELAS
de José Guerreiro Manuel
[Contactos: 286 555 133]
Telefone 286 555 133
Telemóvel: 965 090 131
Largo da Estação n.º 24 - 7670-128 GARVÃO

PADARIA VITÓRIA
Joaquim
Rosário Guerreiro
Telef. 286 555 133
Rua Nova, 3 - 7670-141 GARVÃO



A SANTA DO CEMITÉRIO VELHO

Segundo o relato da população mais idosa da Vila de Garvão, no Cemitério Velho da vila está enterrada uma “Santa”, pois quando no princípio do século passado (sec. XX) se procedeu ao levantamento do corpo, este apresentava-se completamente intacto, sómente com a ponta do nariz estragado, por ser forneira e cheirar o pão quente que saia do forno.

Ao levantarem o corpo da campa onde estava enterrada e quando se esperava não encontrar qualquer vestígio das ossadas, devido aos vários anos que esteve sepultada, deparou-se afinal com o referido corpo intacto. Numa altura de extremo fervor



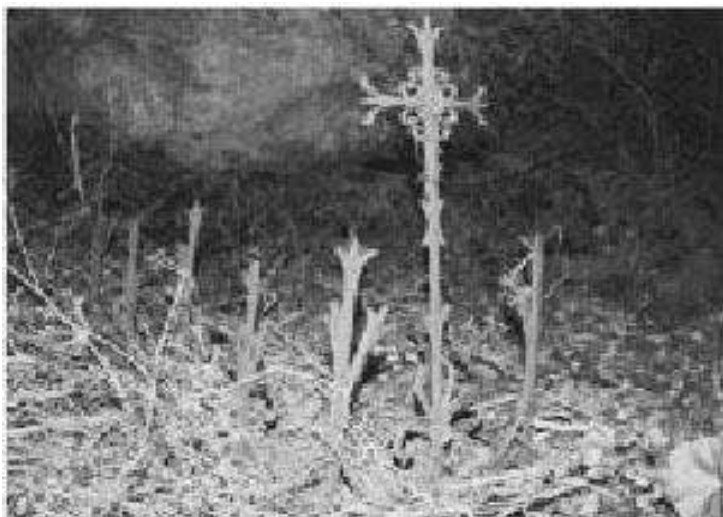
religioso, (não nos esqueçamos que estávamos em 1917, em pleno ano das aparições de Fátima), quando a notícia se espalhou, da descoberta do corpo intacto e da sua remoção para a Igreja Matriz, não tardou muito em correr a notícia, “... de que em Garvão havia uma santa...”, tendo a população acorrido à Igreja, onde esteve exposta uns dias, dando lugar à imaginação colectiva, no meio de uma solenidade e fervor religioso que levou, inclusivamente, a atribuir-lhe poderes milagrosos que se evidenciavam nalgumas pessoas que se diziam “curadas”.

Consta-se também que, perante tal situação, houve uma maior afluência de pessoas à Igreja. As autoridades administrativas e religiosas mandaram enterrar novamente o corpo no Cemitério Velho, procurando assim esmorecer o fervor religioso que se tinha vindo a formar.

Contudo, ainda segundo alguns elementos da população mais idosa, a afluência de pessoas ao Cemitério, ao lugar da sepultura da “Santa” continuou, perpetuando-se na memória popular até aos nossos dias.

Ao que se conseguiu apurar, a “Santa” era a mulher do Sr. Bento Guerra, mãe do Sr. Joaquim Guerra. O Sr. Bento Guerra que casou com a Sr.^a Ana Charrua, tia do Sr. José Charrua.

Não deixa de ser curioso, como se referiu, tal facto se ter passado na mesma altura das aparições de Fátima.



Café Futuro
Almoços e Jantares

Rua do Álamo
--- Internet Wireless ---
Associação Futuro de Garvão

B. P. & P. Lda.
CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO
Batista Pereira & Pereira, Lda.

Construção e Remodelação

Rua Quinta da Silveira, Lt. 559 • 1675-818 Famões • Casal da Silveira
Telems.: 96 648 50 19 - 96 232 15 49 Fax: 21 980 40 06
E-mail: baptistapereira2001@sapo.pt

Café Beira Linha
ALMOÇOS E JANTARES
Telef. 286 555 199
ESTACÃO DE GARVÃO


Cont. N.º 931 887 621
MANUEL BARTOLOMEU ROMÃO, HERD.TM
ARMAZENISTA e DISTRIBUIDOR
Telef. 286 555 120 – Telef. / Fax 286 512 848
E.N. 122 KM 47,8 OURIQUE

ANTÓNIO
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Radios e Televisões
Telef. 286 555 111
GARVÃO

ALUMIGARVÃO
Carlos Silva & Silva, Lda.
Tlm. 934 059 158
Calefeiteira de Alumínio e Madeira
Montagem de Estores
Portões Basculantes e de Folha
Tectos Falsos - Decorações e Instalações Eléctricas
Tel./Fax 286 555 164 – Rua Nova 25-B – GARVÃO



PATRIMÓNIO LOCAL

UMA MEMÓRIA A PRESERVAR

O Património Cultural é um legado dos tempos passados, que temos obrigação de preservar, na medida do possível, e legar aos vindouros, de preferência enriquecido e melhor conhecido. Mas há que ter em conta um aspecto fundamental: o de que o Património é o objecto de uma escolha consciente e, por isso, sempre controversa.

A finalidade primeira do Património é o conhecimento da razão pela qual chegámos até aqui, e a memória desse caminho. Mas o Património é feito dia-a-dia. O mesmo é dizer que nós, com as nossas realizações, estamos também a criar Património, o Património não deve ser venerado, mas sim compreendido.

Ele não existe por si, não é um arquétipo à maneira platónica, mas é uma ideia que vamos construindo lentamente, ao longo de gerações, e diferentemente conforme as civilizações, ou as fases de uma civilização.

Se podemos aceitar que “Património” é tudo aquilo que nos foi legado por “aqueles que antes de nós foram”, quando nos confrontamos com os problemas práticos, os conceitos teóricos, que têm de estar sempre no nosso horizonte, têm que ser conformados a um conjunto de realidades. É que a realidade não se compadece com o “ideal”, e não é humana e economicamente possível tudo conservar, por vários motivos que facilmente poderão ser entendidos. Desde logo, a falta de meios humanos qualificados para exercerem essas tarefas. Em seguida, as verbas sempre escassas para empreendimentos que exigem, por vezes, somas vultuosas.

Um dos campos menos visíveis, e que por isso tem menos cultores, é o do Património a que podemos chamar “etnográfico” ou “tradicional”. É um campo vasto e, por vezes, bastante mal definido, não porque tenha sido objecto de abandono ou desinteresse, mas porque a sua delimitação, em alguns aspectos, é difícil de ser feita. Quando pensamos no Património etnográfico, o que nos vem imediatamente à ideia são aquelas manifestações geralmente designadas como folclóricas, acrescidas de um conjunto de objectos de uso quotidiano e de trabalho. E, acima de tudo, produzidos pela ruralidade, como se procurasse um retorno à *aurea mediocritas*, a um paraíso perdido.

Para além das histórias, das músicas e das danças, dos potes e das panelas, dos arados e das gadanhas, dos moinhos e dos fornos, comunitários ou não, há outras questões que representam a escolha de uma fronteira entre o etnográfico e o “culto”. O Património que nos foi legado é uma parte que chegou até nós por escolha consciente dos

homens que nos antecederam, e que tem que ver com um interesse cultural ou sentimental, e que escapou a destruições não voluntárias.

Os bens culturais que chegaram até nós foram enriquecidos com contribuições de outras épocas históricas. As mais óbvias são visíveis na arquitectura e no urbanismo, incluindo nos chamados “conjuntos”. Mas também nas tradições populares que, transmitindo-se de geração em geração, sobretudo pela via oral, foram acrescidas de informações novas, já que não só o que se transmitia era o esqueleto da tradição, mas também porque haveria certas informações já não entendidas pelas populações transmissoras. A reconstituição do seu “estado primitivo” apenas deve ser procurado como objecto de estudo, e não como uma actuação sobre o objecto ou a ideia transmitida.

Não havendo possibilidade de o Estado ou as Autarquias recuperarem ou mesmo preservarem todo o Património, há que encontrar formas alternativas. A escolha é fruto da formação cultural, e a formação das élites nem sempre está sintonizada com a da restante população. Cabe aos cidadãos constituírem-se em grupos no sentido de pressionarem as Autoridades a agir, mas sobretudo, tendo em conta as dificuldades, agirem eles próprios. Aquele Património considerado não prioritário, mas que muitas vezes é tão ou mais importante para a comunidade local, só pode ser preservado por esses grupos de cidadãos. Mas só se protege aquilo de que se gosta, e só se gosta daquilo que se conhece. Por isso, o primeiro passo é conhecer. E conhecer inicia-se por saber o que há e em que condições esse Património se encontra. Aqui têm papel importante as escolas, mas não de uma forma isolada. Há que saber como se vai conhecer, o que se vai conhecer, e para onde se canalizará esse conhecimento. O relacionamento com as Autarquias é fundamental, sob pena de se perder a informação em bonitos mas inúteis trabalhos. E coloca-se, igualmente, a necessidade de fazer circular essa informação por todos os grupos que se dedicam à mesma actividade, com o propósito de trocar experiências, não repetir erros e não duplicar trabalhos.

Se não podemos conservar tudo, há que, pelo menos, registar aquilo que existe para que, um dia desaparecido, se possa contar com uma informação do que existiu, esse registo tem outra utilidade: só se consegue planear uma intervenção se conhecermos aquilo que temos, e como o temos. Daí que, tão fundamental como as acções de preservação, e anteriormente a estas (excepto em casos de risco grave de destruição), está o Inventário.



paraFarmácia
GARVÃO

Técnico: Luis Miguel de Oliveira Vieira Rato
Rua 25 de Abril n.º 3
7670 - Garvão

Tel: 286 555 200
Fax: 286 555 405
parafarmaciadegarvao@hotmail.com



Kafé Snack - Bar
"NOVO RUMO"

Servem-se refeições e petiscos diversos

Gerência: Maria de Fátima Barroso e Paula Bárbara

Telems.: 934 785 927 / 936 234 652
Rua do Álamo, N.º 11 ** 7670-136 Garvão



Garvão
minimercado

Da. José António Silva Nunes Lg. da Palmeira, 4 - OURIQUE

GARVÃO SUPER
MINIMERCADO



Drogaria Carapinha

De: Rui Nuno Gonçalves Carapinha

REDES - TINTAS - RAÇÕES
CEREAIS - FERRAMENTAS - ETC.

Tel. 286 555 441
Tlm. 936 337 373
Rua Nova, 28 - GARVÃO



SUL e SUESTE

O Poeta João da Graça. (III Parte)

Crónica de "O Poeta João da Graça", do livro "SUL e SUESTE" de Joaquim da Costa, (primeira parte, publicada no Jornal de Garvão número onze, segunda parte publicada no número treze.)

(Ortografia, segundo o original)

Já o disse, compadre Graça era alfaiate. E no exercício da sua profissão, no granjeio do sustento para os seus e para si, trabalhava pelos montes.

Alguns dos fregueses mais abastados, se o chamavam a casa, não era apenas com o intuito de entregarem aos cuidados do probo alfaiate a confecção de uma ou outra andaina domingueira. Movia-os também o desejo de verem em seus lares o querido poeta, de conviverem com êle, de lhe ouvirem os versos e as espirituosas e sabias sentenças... E os melhores pratos da farta cozinha alentejana, sucediam-se na mesa deste e daquele lavrador amigo, e o mais acidulado palhete corria dos pichéis, em louvor e proveito de compadre Graça. Devo aqui dizer que mestre João da Graça não menosprezava os fregueses modestos, de minguados teres e haveres. Tratava-os de igual modo, nunca fizera, para efeito do trato amigável, distinção entre pobres e ricos. Na sua medida de justiça, rasoirava, sem qualquer desejo de adulação, as amizades de todos os homens bons que o acolhiam em casa e o sentavam à mesa. E se a afeição dos fregueses era sincera, a dele não era de menor valia. E respeitava-os e aconselhava-os. E sabia como poucos, durante as horas em que se abrigava sob tecto alheio, manter certa compostura, guardar as conveniências.

O episódio que adiante narro, alguma coisa nos diz, creio, da delicadeza de sentimentos do nosso poeta.

Fôra êle chamado por lavrador de certo monte dos arredores a-fim-de ali trabalhar durante alguns dias pelo officio de alfaiate. Foi. Como não era grande a distância entre o monte e a vila, mestre Graça ia ficar todas as noites a casa, onde o esperavam a mulher e as duas filhas. Nada de anormal se passava. Às primeiras horas da manhã, enrolado no varino, metia-se pela ve-reda que serpenteia pelos contrafortes da serra do Caldeirão; chegava ao monte, entregava-se à faina. E à noitinha, após o jantar, ei-lo de regresso ao lar. Mas um dia tempestade formidável se desencadeou, à bôca da noite, sôbre a serra, Trovões. Relampagos, A chuva em cordas grossas. Um dilúvio. O fim do mundo...Cerrou-se a noite em aguaceiros. A tempestade não amainava. Algumas telhas do monte foram arrastadas pela asa do vendaval. O galo da chaminé voou para longe...O eucalipto que se erguia rente ao muro da cêrca, abateu com fragor... Os moradores do monte, o lavrador, a lavradora, e uma sobrinha desta, cantavam o «Bendito Louvado» e erguiam nas mãos trémulas, ramos de trovisco para afugentar a tormenta.

A noite ia avançada quando o rumor dos trovões se começou de ouvir surdo e longínquo. Os relâmpagos eram mais espaçados. O vento moderou seus assobios e sopros. Mas a

chuva continuava a cair e, naquelas condições, estando, concerteza, os caminhos intransitíveis, como poderia mestre Graça chegar à vila? Era forçoso que ficasse no monte... Mas naquela casas só havia duas camas. Numa, dormiam os lavradores; noutra a rapariga. Como resolver o problema? Deitar-se o lavrador com o compadre Graça? Não, que o lavrador tinha moléstia de pele e podia apegá-la ao alfaiate. Puxou o lavrador a lavradora de parte. Houve uma troca de impressões entre marido e mulher. Mútuaem se formularam perguntas. A lavradora chamou à sua presença a sobrinha, a qual, ante certa intimativa da tia, se limitou a baixar pudicamente a cabeça. A lavradora, notando o enleio da ragariga, justificou-se:

- O homem não há-de ir assim, com uma noite medonha como está, por essas serras em fora... Que há de mau em que se deitem ambos na mesma cama?... Ela é uma boa pessoa, nasceu em Santa Luzia, viveu em Panoias, mora em Garvão, e sempre foi muito considerado e respeitado por todos... Está dito e resolvido. Assim o queremos, assim seja...

Aproximou-se a lavradora do compadre Graça, e disse-lhe:

- O sr João da Graça tem que ficar esta noite cá no monte. Dorme na mesma cama da pequena, e com ela, está destinado. João da Graça cuidou que não percebia bem a proposta. E retorquiu.

- Quê? Repita lá o que disse, sr.^a Mariana?... Dormir eu com a Joaquina a sua sobrinha?

- Então que há de estranho nisso? O alfaiate-poeta mediu a gravidade do lance e sentiu uma impressão de ridículo tomá-lo todo. Viu, por momentos um velho de longas barbas e uma rapariga de dezóito anos dormindo no mesmo leito.

Não, decididamente, não aceitava a proposta! Não podia, nem devia, aceitá-la! Ante a insistência dos bons e inocentes lavradores, manteve se numa inabalável negativa. Que não, que lhe era impossível aceitar, pois tinha a mulher e as filhas à espera, e em cuidados... A lavradora ainda esboçou um protesto:

- Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Meter-se a caminho com um temporal assim !...

Enrolando-se no seu gabão, puxando o capuz para a cabeça, João da Graça desceu a serra por veredas e atalhos naquela noite tempestuosa e, ao cabo de longas horas de marchas heróicas? chegou a casa, encharcado e sem alento!

Caiu de cama, gravemente enfêrmo, com uma pneumonia. Sofreu muito. Esteve às portas da morte. Mas sua consciência de perfeito cavalheiro, de puritano, sentia-a êle como a queria: tranqüila.



CAVALHADAS

E o Culto do Espírito Santo

“As cavalhadas, eram corridas de cavalos, onde se apresentavam no local designado para as disputas, com vestimentas de gala e à moda antiga.

Outrora, no local do certame, apresentava-se o cavaleiro em trajes vistosos no seu garboso cavalo, acompanhado por um pagem, também vestido de gala, embora de modo diferente e a pé, segurando o cavalo pelas rédeas ou freio.

Estes torneios, eram feitos com o fim de mostrarem a destreza dos melhores cavaleiros das redondezas. Corriam dois a dois, a par, em alta velocidade para uma meta.

Vindos a correr nos seus cavalos, tinham de espetar uma lança num frango ou galinha vivos, os quais estavam dependurados numa corda atada a dois paus, distanciados um do outro de 5 a 6 metros.

Com o andar dos tempos, este costume, considerado demasiado bárbaro, foi desaparecendo e substituído por outro menos chocante. Em vez dos animais vivos, é colocada uma argola que constitui o alvo e desafio à perícia do cavaleiro, pois se este, vindo a correr, não enfiar a lança na argola, fica desclassificado e desfeiteado perante o povo, que muito gosta desta manifestação.

Como recompensa do êxito, o vencedor recebe uma grande salva de palmas e um animal vivo (galinha, frango, etc,...).

Actualmente, esta actividade ainda é mantida numa ou outra localidade, mas de um modo muito mais simples. Até há pouco tempo, ainda se faziam as cavalhadas na freguesia de Gomes Aires”. (in: Monografia da Vila de Almodôvar, António Júlio Gonçalves, Associação Cultural e Desportiva da Juventude Almodovarense, 2000)

Tempos houve em que os jogos eram mais elaborados, realizando-se inclusivamente nas ruas das vilas, e em vez das farpas era utilizado um pau para enfiar nas argolas, quebrando

por vezes, (o desajeitado cavaleiro), as quartas de água, que estavam igualmente penduradas na corda.

Por outro lado as reminiscências que nos chegam doutros locais, nomeadamente os Açores e Brasil, locais onde a presença portuguesa impôs os usos e costumes da metrópole, estes festejos evocam uma época em que se desenvolviam em torno das lutas entre cristãos e mouros.

De facto se no continente há já muito que se perdeu a origem destas festas, e a sua relação com as festividades religiosas que se celebravam no principio da nacionalidade. Em cenários mais isolados e imunes às influências externas ainda se assiste à ligação destas festas ao culto do Espírito Santo, (assim como a maioria dos festejos tradicionais das aldeias e vilas têm as suas origens nas confrarias do Espírito Santo local).

Igualmente a passagem e a aproximação dos cavaleiros, nomeadamente as voltas em torno da igreja local, evocando os dons do Espírito Santo, e do local do “torneio”, era anunciada pelos corneteiros comandados por um “rei”. Seriam igualmente acompanhados por um mordomo e as cores nos trajes usados pelos cavaleiros seriam predominantemente as cores do Espírito Santo, (o branco e o vermelho),

“Em Vildemoinhos, perto de Viseu, mantêm-se como desfile de cavaleiros vestidos de fato escuro e montando cavalos ajaezados. Resultam, segundo a tradição, de uma promessa feita a São João Baptista pelos moleiros, no caso de conseguirem sentença favorável de água para os seus moinhos, havendo quem pense que têm influência das Cavalhadas da Ribeira Seca. A primeira destas romagens à capela do santo, com os cavaleiros vestindo de negro, como os nobres, e com os cavalos ajaezados, terá sido em 1652. No entanto, no século XX passaram a incluir carros alegóricos, bandas de música, ranchos folclóricos e muitos outros elementos que não faziam parte da tradição.” (in: Cavalhadas em Vildemoinhos)



Informática

PSC, Informática de Paulo J F Sousa Cruz
Rua Nova 5A - 7070-141 Garvão
Telm.: 938 783 870 - E-mail: psc3366@gmail.com



MONTARAZ
GARVÃO



Agência Funerária Alentejana
Torneios e instalações para todo o país

Sede:
Rua Eng. Duarte Pacheco 1-3
Alentejo 83
1930-389 Ourique
Tel - Fax 266 573 561
Email: funaragorjane@apo.pt

Filial:
Centro Comercial
Via Nova de São Pedro
Loja 36 Cave
Rua Gago Coutinho 72
665-320 Sobral
Tel - 263 882 117

Estada Nacional
S. Lúcia
Cabeira

João Gonçalves: 938810885
Elio Guerreiro: 968163679
932699548
Pedro Gonçalves: 932699544

MOVIGARVÃO
Carlos Alberto Guerreiro Silva
Telem. 934 059 159
Móveis - Electrodomésticos
Tapetes e outros artigos
de decoração para o Lar
Candeeiros - Cozinhas por medida
☎/Fax 286 555 164 — B.º Escola, L 2 — GARVÃO

REVEZ & GONÇALVES
Materiais de Construção, Lda.
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
PECUÁRIA
VENDA A RETALHO
Telef. 286 555 151 - Largo da Amoreira, 4 - GARVÃO



FAMÍLIAS DE GARVÃO COM HISTÓRIA



FAMÍLIA BARROS

No reinado de D. Afonso IV e D. Diniz (Primeira Dinastia), temos notícia de um Fernão Dias de Barros, o que parece ser o primeiro a usar o nome Barros e a respectiva linhagem.

Existem documentos do século XIII que citam um certo Domicius Cervejo de Barro. A família tem origem no Solar de Barros, entre o Douro e o Minho. Procede de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Castro Daire, no tempo de D. João I. O sobrenome Barros começou a ser conhecido em Portugal no tempo do Rei D. Diniz quando teve neste reino muitos Morgados, propriedades, fazendas e terrenos, sendo desta família o grande cronista João de Barros.

No Brasil existe uma larga comunidade de apelido Barros, emigrados para o Nordeste, logo após o descobrimento do Brasil no século XV.

Em 1700, chega o primeiro de facto a aportar o nome dos Barros que se conhece ao Brasil, seria António de Barros da região de Leiria, filho de João de Barros, que teria casado com a filha de Pascácio de Oliveira Ledo, Ana de Faria Castro, e herdado as terras do seu sogro, dando assim início a um dos ramos dos Barros do Brasil.

O Que Dizem Os Outros Jornais...

Correio Alentejo, 21 de Abril 2012

Câmara de Ourique promove passeio guiado pelo Circuito Arqueológico da Cola

O Circuito Arqueológico da Cola e o Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão, em Ourique, promoveu, sábado dia 21 de Abril, um passeio guiado pelos sítios daquele circuito, durante o qual os participantes puderam tirar fotografias.



Através da iniciativa “A Cola através da objectiva do fotógrafo”, integrada nas comemorações do Dia Internacional de Monumentos e Sítios, os participantes, guiados por um fotógrafo, descobriram “novos olhares sobre o património local, aprendendo a tirar partido da sua câmara fotográfica”.

O ponto de encontro estava marcado para as 10h00 no Centro Interpretativo do Circuito Arqueológico da Cola e o passeio decorreu entre as 10h30 e as 13h00, seguindo-se depois um piquenique-convívio

Publicado Segunda-feira, 30 de Abril de 2012

Por: Jornal de Arqueologia

Uma rara escultura em cerâmica representando um touro, com cerca de três mil anos e que foi recuperada numa das intervenções arqueológicas promovidas pela empresa do Alqueva, foi apresentada em Beja.

A peça, com 23 centímetros de altura, 17 de largura e 45 de comprimento, representa “um touro em posição natural de repouso, deitado sobre o ventre e com a parte traseira ligeiramente recostada sobre a perna esquerda”, explica a EDIA.

A escultura foi recuperada no sítio arqueológico Cinco Reis 8, intervencionado no âmbito da empreitada de construção de uma infra-estrutura da rede primária do subsistema de rega de Alqueva, o troço de ligação Pisão-Beja.

O sítio arqueológico Cinco Reis 8 é uma necrópole da 1. Idade do Ferro, “constituída por recintos limitados por fossos de planta rectangular, no centro dos quais se situam sepulturas individuais”.

A EDIA, desde o início da construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, já promoveu cerca de 1.300 intervenções arqueológicas no âmbito da minimização de impactes decorrentes das obras do projecto.



CARPINTARIA CONVERSA

EXECUTAM-SE TRABALHOS EM ALUMÍNIO

- * Portas
- * Janelas
- * Marquises
- * Estores
- * Portões
- * Corrimões

Jorge Bento
964 173 005

Garvão - Ourique

